



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO OESTE
COMANDO DA 9ª REGIÃO MILITAR
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE CAMPO GRANDE
(Hospital Militar de 2ª Classe/1890)**

CONTRATANTE: UNIÃO/MINISTÉRIO DA DEFESA/
EXÉRCITO BRASILEIRO/COMANDO DA 9ª REGIÃO
MILITAR/HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE
CAMPO GRANDE

CONTRATADO: INSTITUTO DE NERVOS,
CÉREBRO E COLUNA INCC LTDA

OBJETO: Prestação de serviços médicos especializados,
de natureza contínua, nas áreas de Neurocirurgia e
Reumatologia.

NATUREZA: Ostensiva.

VIGÊNCIA: 17 de março de 2026 até 16 de março de
2036.

VALOR ESTIMADO: R\$ 100.000,00 (cem mil reais)
anual.

REGIME DE EXECUÇÃO: indireta, empreitada por
preço unitário.

PROCESSO Nº: 64577.024192/2025-64

CONTRATO Nr: 10/2026

A União, entidade de direito público interno, por intermédio do **HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE CAMPO GRANDE**, órgão do Ministério da Defesa - Exército Brasileiro, com sede na Av. Duque de Caxias, 474, bairro Amambai, CEP 79100-400, inscrita no CNPJ sob o nº 09.539.711/0001-03, representada neste ato pelo seu Ordenador de Despesas, **ANDRÉ**

ANTUNES MASCARENHAS - Ten Coronel, portador da cédula de identidade nº 013159824-5, expedida pelo Serviço de Identificação do Exército Brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 996.109.659-20 residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a Organização Civil de Saúde **INSTITUO DE NERVOS CÉREBRO E COLUNA INCC LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 43.117.842/0001-30, estabelecida à Rua Quinze de Novembro, nº 2808, Bairro Jardim dos Estados, Campo Grande/MS, CEP: 79.020-300, neste ato representado pelo Sr **DIEGO DE ÂNGELIS RAMOS**, sócio-administrador, portador da cédula de identidade nº 001.408.418 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul, inscrito no CPF sob o nº 009.032.121-96, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado **contratado**, têm entre si justo e contratado, nos termos da seguinte legislação infraconstitucional constante do edital de credenciamento, que integram o presente termo de contrato, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do objeto.

1. A finalidade deste Contrato é garantir aos militares da ativa, da reserva ou reformados, pensionistas e seus dependentes e Servidores Civis do Exército Brasileiro (ativos e inativos) e dependentes, nas condições especificadas neste instrumento e no edital, por intermédio de Clínicas Médicas Especializadas, assistência médico-hospitalar, ambulatorial.

1.1 O objeto contratual abrange as seguintes especialidades:

1.1.1 Prestação de serviços médicos especializados, de natureza contínua, nas áreas de Neurocirurgia e Reumatologia, devidamente reconhecidas pelo respectivo órgão federal da profissão e regulamentada por lei, dentre esses os serviços previstos no Anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA - Da vinculação ao edital.

2. Este instrumento está vinculado ao Edital de Credenciamento nº 1/2024 do Hospital Militar de Área de Campo Grande, de 24 de fevereiro de 2025, do qual é parte integrante, bem como seus anexos.

CLÁUSULA TERCEIRA – Do fundamento legal.

3. A presente contratação fundamenta-se nos artigos 74, *caput* e 79 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA QUARTA - Do regime de execução.

4. As condições gerais de execução dos serviços constam do edital de credenciamento, observadas as regras especiais abaixo registradas.

5. Para atendimentos ambulatoriais e/ou procedimentos eletivos, a apresentação do paciente nas

instalações do CONTRATADO correrá por conta do beneficiário.

6. O CONTRATADO se obriga a apresentar ao CONTRATANTE a relação dos profissionais que integram seu corpo clínico, com seus respectivos registros nos conselhos de classe, cadastrados e autorizados por parte do CONTRATADO para atender aos beneficiários deste contrato nas respectivas profissões e especialidades.

6.1 O CONTRATADO obriga-se a manter junto ao CONTRATANTE uma relação atualizada dos profissionais que integram seu corpo clínico, com seus respectivos registros nos conselhos de classe;

6.2. Quando o corpo clínico do CONTRATADO for constituído, em parte ou no seu todo, por meio de cooperativa vinculada, esta deverá apresentar a relação acima descrita, cumpridas as formalidades postas, diretamente para o CONTRATANTE, nos termos do Anexo J deste Edital.

7. Os serviços contratados serão prestados diretamente por profissional da própria Organização Civil de Saúde, entendendo-se como:

7.2.1 O membro do Corpo Clínico do CONTRATADO;

7.2.2 O que tenha vínculo de emprego com o CONTRATADO;

7.2.3 O autônomo que presta serviço ao CONTRATADO.

8. Equipara-se ao subitem 7.2.3, o profissional de saúde integrante de pessoa jurídica que exerça atividades na área de saúde, em caráter regular, nas instalações do CONTRATADO.

9. A execução e o controle do presente instrumento serão avaliados pelo CONTRATANTE, mediante supervisão direta ou indireta dos procedimentos realizados, através do comparecimento periódico e regular de, pelo menos, um dos membros da equipe de Auditores do CONTRATANTE às dependências do CONTRATADO, a fim de examinar a documentação nosológica dos pacientes; assim como a qualidade das instalações e do serviço prestado.

10. O CONTRATADO se obriga a fornecer, quando solicitado pelo CONTRATANTE, documentos médico-legais, justificativas para exames, e quaisquer outros documentos pertinentes segundo as normas de regulamentação vigentes.

11. A solicitação de exame ou procedimento coberto pelo FuSEx/SAMMED/PASS, decorrente de atendimento realizado em OCS ou por PSA, será, obrigatoriamente, precedida de análise por médico militar ou serviço de auditoria das UAt, que decidirá pela sua autorização ou negação.

12. É vedada a prescrição de tratamento ou outros procedimentos, bem como aqueles que partam da iniciativa do próprio beneficiário, sem a realização de uma anamnese, conforme estabelece o art. 9 da Portaria DGP/C Ex Nº 508 (EB30-IR-20.038).

13. Os beneficiários do FuSEx/SAMMED/PASS têm direito à cobertura ou ao financiamento de órteses e próteses não odontológicas, nos termos das Portaria DGP/C Ex Nº 508 (EB30-IR-20.038) e Portaria nº DGP-117/2008 (IR 30-57), indenizáveis de acordo com o Anexo A das respectivas portarias, após a indispensável indicação de médico especialista, devidamente justificada por meio de relatório e exames especializados, e aprovada por médico militar.

13.1. A cobertura acima indicada inclui órteses e próteses nacionais, registradas na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), inerentes e ligadas diretamente ao ato cirúrgico eletivo, submetido ao parecer da Comissão de Ética;

13.2. Ao beneficiário do FuSEx/SAMMED será permitida a utilização de órteses e próteses não odontológicas por importação, quando não houver similares nacionais que atendam às especificações do tratamento e estará condicionada à autorização prévia do DGP, ouvida a Diretoria de Saúde (DSau), art. 28 da Portaria DGP/C Ex N° 508 (EB30-IR-20.038).

13.3. Prioritariamente o HMilACG disponibilizará as OPME'S. Caso exista a necessidade do uso de OPME'S, para cirurgias eletivas, será solicitado 3 orçamentos que serão analisados por esta OMS, conforme estabelecido no Anexo "M" do Edital de Credenciamento.

14. Os tratamentos não cobertos pelo sistema FuSEx/SAMMED/PASS, conforme o Anexo "R" do edital, não se incluem na presente contratação.

15. Caso solicitado, o CONTRATADO obriga-se a advertir o paciente ou seu responsável de que suportará os pagamentos decorrentes de exame, procedimento, material e afins.

16. CONSULTA MÉDICA - PRAZO DE VALIDADE - RECONSULTA

16.1 A consulta médica compreende a anamnese, o exame físico, conclusão diagnóstica, prognóstico e prescrição terapêutica caracterizando, assim, um ato médico completo (concluído ou não num único período de tempo).

16.2 Quando houver necessidade de exames complementares que não podem ser executados e apreciados nesse período de tempo, este ato médico terá continuidade e finalização quando o paciente retornar com os exames solicitados, não devendo, portanto, neste caso, ser considerado como uma nova consulta. O fato de não ter vaga na agenda do respectivo médico, no período de 30 dias a contar da data da última consulta, o isenta de cobrar por uma nova consulta, sendo ainda considerada uma reconsulta, tendo em vista a natureza da consulta, que é o de mostrar os exames solicitados, para conclusão de diagnóstico.

16.3 Se, porventura, este retorno ocorrer quando existirem alterações de sinais ou sintomas que venham a requerer a necessidade de nova anamnese, exame físico completo, prognóstico, conclusão diagnóstica e/ou prescrição terapêutica, o procedimento deve ser considerado como uma nova consulta e dessa forma ser remunerada.

16.4 Nos casos de tratamentos prolongados, quando há necessidade periódica de reavaliação e até modificações terapêuticas, as respectivas consultas poderão ser cobradas.

17. O abandono do tratamento realizado, pelo beneficiário, implicará no término da autorização para o procedimento e na indenização do serviço já prestado.

18. A execução deste contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante do CONTRATANTE, designado em Boletim Interno do HMilACG. O CONTRATADO manterá

um preposto, aceito por parte da Administração, no local do serviço, para representá-lo.

19. O Serviço de Auditoria Hospital Militar de Área de Campo Grande possuirá o poder de vistoriar, de forma irrestrita, toda a documentação nosológica do beneficiário, bem como a documentação contábil e fiscal pertinente a este contrato.

CLÁUSULA QUINTA - Dos preços e das condições de pagamento.

20. Os serviços e o fornecimento agregado serão remunerados, conforme o item 8 “DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO” constante do edital de credenciamento.

21. Os preços referenciais estão de acordo com as Diretrizes para contratação suplementar de saúde oriundo da Diretoria de Saúde do Exército Brasileiro e ampla pesquisa de mercado local realizada, conforme Pareceres Técnicos e dados constantes no Anexo “M” e Anexo “O” do Edital.

22. Registram-se abaixo as regras de contraprestação específicas a este tipo de contrato:

22.1 O CONTRATADO acolherá por contraprestação os pacotes de prestação de serviços – Anexo “O” do edital de credenciamento.

22.2 Os serviços na área de **Neurocirurgia** serão prestados pelo valor da **Tabela de Honorário da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos - CBHPM 2012 e Unidade de Custo Operacional - UCO: R\$ 11,50 (onze reais e cinquenta centavos);** e na área de **Reumatologia** pela **Tabela de Honorário da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos – CBHPM 2010 (6ª Edição) e Unidade de Custo Operacional - UCO: R\$ 11,50 (onze reais e cinquenta centavos);** conforme constantes no Anexo “M” e Pacotes conforme Anexo “O”, do Edital de Credenciamento.
Consulta médica, será remunerada de acordo com valores constantes no Anexo “M”, do Edital de Credenciamento.

22.3 Medicamentos, materiais descartáveis, filme radiológico, OPME e exames complementares serão remunerados conforme Anexo “M” do Edital.

23. O CONTRATANTE somente indenizará as contas apresentadas quando acompanhado da Guia de Encaminhamento, que comprove a prestação do serviço:

23.1.1 No caso de comprovada urgência e (ou) emergência o beneficiário poderá ser atendido independentemente de encaminhamento, mediante assinatura de um “Termo de Compromisso pelo beneficiário ou dependente, se comprometendo a levar a Guia de autorização para OCS, no período de até 48 horas, conforme modelo do Anexo III deste Contrato.

24. Procedimentos não especificados na(s) Guia(s) de Encaminhamento e os não cobertos não serão ressarcidos por parte do CONTRATANTE.

25. O CONTRATADO se obriga a apresentar ao CONTRATANTE, entre o 1º (primeiro) e o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, no Setor de Auditoria Externa do HMilACG a fatura, em 01 (uma) via em nome do Comando do Hospital Militar de Área de Campo Grande, Unidade Gestora do Fundo de Saúde do Exército, anexando todos os comprovantes de despesas, as Guias de Encaminhamento do SAMMED/FuSEx/PASS com as assinaturas dos beneficiários ou de seus responsáveis, a relação dos atendimentos prestados no mês considerado, discriminando número de ordem, data, número da Guia de Encaminhamento, nome do usuário, número do documento de identidade, número de matrícula do Servidor Civil ou de seu dependente, se for o caso, número de matrícula no cadastro de beneficiários do FuSEx (número de cartão FuSEx, , composto pelo Código de Pessoal – PREC/CP – mais sequência familiar).

26. O CONTRATADO deverá apresentar a fatura com CAPA DE FATURA, contendo número de fatura sequencial, RUA (relação dos usuários atendidos) em papel com timbre da CREDENCIADA, contendo no MÁXIMO 50 (cinquenta) Guias, onde serão discriminados todos os pacientes atendidos e constantes das GE, em ordem alfabética, além do valor correspondente a cada paciente e a soma total de todos os atendimentos; as GE deverão apresentar no “Campo Responsável” a assinatura do paciente ou do seu responsável; No caso de terapias com mais de uma sessão, necessário anexar ficha de controle dos pacientes atendidos, contendo data, assinatura do paciente ou responsável e o profissional executante.

27. O CONTRATADO deverá apresentar, separadamente, as faturas de despesas dos beneficiários do FuSEx, de Servidores Cíveis, de usuários de Fator de Custos e dos pacientes que evoluíram ao óbito.

28. O CONTRATANTE não será responsabilizado pelo atraso nos pagamentos que sejam decorrentes da apresentação das faturas ou outros documentos fora dos prazos estipulados e com vícios formais que ensejem devolução;

29. O CONTRATANTE não será responsabilizado pelo atraso nos pagamentos que sejam decorrentes da apresentação das faturas ou outros documentos fora dos prazos estipulados e com vícios formais que ensejem devolução;

30. O CONTRATANTE restituirá a documentação citada, se a mesma apresentar rasuras, incorreções ou outros vícios de forma em até 15 (quinze) dias do respectivo protocolo;

31. O CONTRATANTE glosará, total ou parcialmente, mediante motivação, a remuneração pelos serviços prestados especificados nas faturas que não estiverem de acordo com este contrato ou o edital.

32. O CONTRATADO poderá interpor pedido de reconsideração, nos termos do art. 165, II, da Lei nº 14.133, de 2021, contra a decisão da glosa, constantes das faturas restituídas pelo CONTRATANTE, conforme o Índice de Glosa do anexo II deste contrato, dentro do prazo de 3 (três) dias úteis: após ter sido notificado;

32.1 Caso o Setor de Auditoria reconsidere sua decisão, o procedimento de pagamento prosseguirá seu curso;

32.2 Caso o Setor de Auditoria não reconsidere sua decisão, a representação deverá ser encaminhada, como recurso, ao Diretor do Hospital Militar de Área de Campo Grande, observado o procedimento posto nos arts. 56 a 65 da Lei nº 9.784/1999.

CLÁUSULA SEXTA – Da atualização dos preços.

33. O critério de atualização dos preços contratados consta do Capítulo 9 “DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS” do edital de credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da vigência.

34. O prazo de vigência da contratação é de 10 (dez) anos contados de sua assinatura, na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA OITAVA – Da dotação orçamentária.

35. Os recursos previstos para os pagamentos dos atendimentos do presente contrato serão os seguintes:

35.1 Para OCS: D8SAFUSOCSA-FUSEX OCS/C; D8SAFCTOCSA-FC – OCS/C; D8SACIVOCSA-PASS - OCS/C – Fex; D8SAECBOCSA-ECB - Ex Cmb OCS/C; D8SACIVCONS-PASS - OCS/C – Fex; D8SAECBCONS-ECB - Ex Cmb OCS/C; D8SAFCTCONS-FC – OCS/C; D8SAFUSCONS-FUSEX OCS/C.

CLÁUSULA NONA – Da responsabilidade civil.

36. A fiscalização ou o acompanhamento da execução deste instrumento contratual não exclui nem reduz a responsabilidade do CONTRATADO.

37. A responsabilidade a que se refere a presente Cláusula estende-se à reparação de dano eventual de instalações, equipamentos e/ou aparelhagens, essenciais à prestação dos serviços que compõem o objeto deste Contrato.

38. O CONTRATADO será responsável, civil e penalmente, pelos danos causados aos pacientes, por terceiros vinculados, decorrentes de omissão, voluntária ou não, negligência, imperícia ou imprudência.

CLÁUSULA DÉCIMA – Das sanções.

39. As sanções aplicáveis restam previstas na Seção 12 – “DAS SANÇÕES” - do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Da rescisão.

40. O presente contrato poderá ser rescindido nas hipóteses da Seção 13 – “DA RESCISÃO” - do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – Das obrigações do contratante.

41. As obrigações constam da Seção 10 – “OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE” – do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – Das obrigações do contratado.

42. As obrigações constam da Seção 11 – “OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS” – do edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da negação de remuneração a militares

43. O militar, estando na ativa, não poderá receber remuneração, honorários, complementação destes ou pagamento por serviços profissionais prestados ao beneficiário atendido sob a regência do presente Termo de Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – Da subcontratação.

44. É permitida à CONTRATADA subcontratar parte dos serviços objeto deste Contrato, em relação às empresas ora relacionadas:

45. O subcontratado deverá preencher os requisitos de habilitação, pertinentes a sua empresa, postos no Edital.

46. A subcontratação não liberará o CONTRATADO de suas responsabilidades contratuais e legais, quanto ao objeto subcontratado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – Do valor do contrato.

47. O valor global estimado para fazer face às despesas relativas ao objeto deste contrato terá como base o levantamento estimativo dos encaminhamentos que foram realizados nos últimos doze meses pelo HMilACG, nos contratos anteriores.

47.1 O valor estimado deste contrato deverá ser tratado apenas como dado estatístico, fruto da evolução da despesa no período citado, bem como forma de determinar a base de cálculo para aplicação de penalidades previstas neste contrato;

47.2 O valor estimado deste contrato não poderá servir de base rígida para a apresentação da Nota Fiscal/Fatura Mensal, já que o total de gastos do mês

dependerá dos atendimentos e serviços prestados no respectivo período;
47.3 O CONTRATADO aquiesce, desde já, a redução do valor do contrato a monta realmente executada, ainda que acarrete redução, para além limite permitido no art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021, observado que inexistirá expectativa de direto quanto ao valor estimado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - Obrigações pertinentes à LGPD

48. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
49. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
50. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
51. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
52. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
53. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
54. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
55. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
56. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
57. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso,

data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

57.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

57.2 O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

57.3 Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – Do foro.

58. O foro para dirimir questões relativas ao presente Contrato será o do município de Campo Grande/MS, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

59. E, por estarem justos e contratados, preparam o presente Termo de Contrato, em 4 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes signatárias contratantes e por duas testemunhas, para que produza seus efeitos legais, comprometendo-se as partes, a cumprir e fazer cumprir o que ora é pactuado, em todas suas cláusulas e condições.

Campo Grande-MS, 17 de março de 2026.

Pelo CONTRATANTE:

ANDRE ANTUNES

MASCARENHAS:99610965920

Digitally signed by ANDRE ANTUNES

MASCARENHAS:99610965920

Date: 2026.03.19 12:18:40 -04'00'

ANDRÉ ANTUNES MASCARENHAS – Ten Cel

Ordenador de Despesas do HMilACG

Pelo CONTRATADO:

Documento assinado digitalmente
 **DIEGO DE ANGELIS RAMOS**
Data: 25/03/2026 18:53:15-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

DIEGO DE ÂNGELIS RAMOS – sócio-admonistrador

CPF nº 009.032.121-96

ANEXO I à Minuta de Termo de Contrato para Clínicas Médicas Especializadas

Relação de Procedimentos



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO OESTE
COMANDO DA 9ª REGIÃO MILITAR
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE CAMPO GRANDE
(Hospital Militar de 2ª Classe/1890)

CÓDIGO	PROCEDIMENTO
1.01.01.01-2	Em consultório (no horário normal ou preestabelecido)
3.02.15.02-1	Craniotomia descompressiva
3.07.15.01-6	Artrodese da coluna com instrumentação por segmento
3.07.15.02-4	Artrodese de coluna via anterior ou póstero-lateral
3.07.15.03-2	Biópsia da coluna
3.07.15.05-9	Cirurgia de coluna por via endoscópica
3.07.15.09-1	Descompressão medular e/ou cauda equina
3.07.15.10-5	Dorso curvo/escoliose/giba costal – tratamento cirúrgico
3.07.15.11-3	Espondilolistese - tratamento cirúrgico
3.07.15.12-1	Fratura de coluna - tratamento conservador
3.07.15.16-4	Fraturas ou fratura-luxação de coluna - tratamento cirúrgico
3.07.15.18-0	Hérnia de disco tóraco-lombar - tratamento cirúrgico
3.07.15.19-9	Laminectomia ou laminotomia

3.07.15.21-0	Osteomielite de coluna - tratamento cirúrgico
3.07.15.22-9	Osteotomia de coluna vertebral - tratamento cirúrgico
3.07.15.24-5	Pseudartrose de coluna - tratamento cirúrgico
3.07.15.26-1	Retirada de corpo estranho - tratamento cirúrgico
3.07.15.27-0	Retirada de material de síntese - tratamento cirúrgico
3.07.15.28-8	Substituição de corpo vertebral
3.07.15.31-8	Tratamento cirúrgico da lesão traumática raquimedular
3.07.15.32-6	Tratamento cirúrgico das malformações craniovertebrais
3.07.15.35-0	Tratamento microcirúrgico das lesões intramedulares (tumor, malformações arteriovenosas, siringomielia, parasitoses)
3.07.15.36-9	Trat microcirúrgico do canal vertebral estreito por segmento
3.07.15.38-5	Tumor ósseo vertebral - tratamento cirúrgico
3.07.15.39-3	Hérnia de disco cervical - tratamento cirúrgico
3.07.32.02-6	Enxerto ósseo
3.14.01.01-5	Biópsia estereotáxica de encéfalo
3.14.01.02-3	Cingulotomia ou capsulotomia unilateral
3.14.01.03-1	Cirurgia intracraniana por via endoscópica
3.14.01.04-0	Craniotomia para remoção de corpo estranho
3.14.01.05-8	Derivação ventricular externa
3.14.01.06-6	Drenagem estereotáxica - cistos, hematomas ou abscessos
3.14.01.07-4	Hipofisectomia por qualquer método

3.14.01.08-2	Implante de cateter intracraniano
3.14.01.09-0	Implante de eletrodo cerebral profundo
3.14.01.10-4	Implante de eletrodos cerebral ou medular
3.14.01.11-2	Implante estereotáxico de cateter para braquiterapia
3.14.01.12-0	Implante intratecal de bombas para infusão de fármacos
3.14.01.13-9	Localização estereotáxica de corpo estranho intracraniano com remoção
3.14.01.14-7	Localização estereotáxica de lesões intracranianas com remoção
3.14.01.15-5	Microcirurgia para tumores intracranianos
3.14.01.16-3	Microcirurgia por via transesfenoidal
3.14.01.17-1	Microcirurgia vascular intracraniana
3.14.01.19-8	Punção subdural ou ventricular transfontanela
3.14.01.20-1	Ressecção de mucocele frontal
3.14.01.22-8	Revisão de sistema de neuroestimulação
3.14.01.23-6	Sistema de derivação ventricular interna com válvulas ou revisões
3.14.01.24-4	Terceiro ventriculostomia
3.14.01.25-2	Tratamento cirúrgico da epilepsia
3.14.01.26-0	Tratamento cirúrgico da fístula liquórica
3.14.01.27-9	Tratamento cirúrgico da meningoencefalocoele
3.14.01.28-7	Tratamento cirúrgico de tumores cerebrais sem microscopia
3.14.01.29-5	Tratamento cirúrgico do abscesso encefálico
3.14.01.30-9	Tratamento cirúrgico do hematoma intracraniano
3.14.01.33-3	Tratamento pré-natal das hidrocefalias e cistos cerebrais

3.14.01.34-1	Acesso endoscópico ao tratamento cirúrgico dos tumores da região selar
3.14.01.35-0	Implantação de halo para radiocirurgia
3.14.03.14-0	Implante de gerador para neuroestimulação
3.14.03.33-6	Rizotomia percutâneo por segmento – qualquer método
3.16.0216-9	Bloqueio peridural ou subaracnóideo com corticoide
4.08.13.36-3	Coluna vertebral: infiltração foraminal ou facetária ou articular
4.08.14.09-2	Osteoplastia ou discectomia percutânea (vertebroplastia e outras)

ANEXO II à Minuta de Termo de Contrato para Clínicas Médicas Especializadas

Lista – Índice de Glosa



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO OESTE
COMANDO DA 9ª REGIÃO MILITAR
HOSPITAL MILITA DE ÁREA DE CAMPO GRANDE
(Hospital Militar de 2ª Classe/1890)

Tabela de Glosa do FuSEx

1	Atendimento não caracterizando urgência	41	Material incluso no procedimento
2	Acomodação acima da autorizada	42	Material não coberto (ver relação anexa)
3	Atendimento por médico militar	43	Material não justificado para o caso
4	Cobrança de mais de 30% em dia e hora normais	44	Material não utilizado
5	Cobrança de 30 % não caracterizado urgência ou emergência	45	Material reutilizável – pagamento parcial
6	Consulta inclusa no procedimento cirúrgico	46	Medicação não considerada de urgência
7	Curativo incluso no procedimento cirúrgico	47	Medicação em desacordo com a prescrição
8	Data de atendimento fora da sequência na planilha	48	Medicação em excesso
9	Data de atendimento fora da competência	49	Medicação não justificada para o caso
10	Diagnóstico ilegível	50	Medicação não prescrita
11	Diárias em excesso	51	Medicação não utilizada
12	Diárias fora da tabela acordada	52	Medicamento acima do preço de mercado
13	Documento sem assinatura/ carimbo do médico assistente	53	Medicamento não coberto
14	EPI de responsabilidade do prestador	54	Medicamento suspenso
15	Especialidade não autorizada	55	Paciente não é beneficiário FuSEx/PASS
16	Evento incluso no pacote acordado	56	Prescrição médica em rasura ou ilegível
17	Evento que não comporta cobrança	57	Prestador descredenciado
18	Exame não prevê cobrança contraste	58	Procedimento/exames em excesso
19	Exame sem laudo	59	Procedimento/exame incompatível com o diagnóstico
20	Exames/procedimentos não requisitados	60	Procedimento/exame em duplicidade
21	Falta de discriminação dos serviços executados	61	Procedimento/exame não coberto
22	Falta do registro de evolução médica e/ou de enfermagem	62	Procedimento/exame não realizado
23	Fatura sem separar (FuSEx – PASS – Fator de	63	Prontuário/ficha/boletim ilegível

	Custo)		
24	Filme –cobrança em desacordo com CBR	64	Prontuário/ficha/boletim rasurados
25	Guia/Ofício de encaminhamento ilegível	65	Retorno de consulta
26	Guia/Ofício de encaminhamento sem assinatura do paciente ou responsável	66	SADT/exames fora da tabela acordada
27	Guia autorizada para outro prestador	67	Sem autorização para procedimento ou exame
28	Guia de encaminhamento fora da validade	68	Sem diagnóstico
29	Guia não autorizada pelo FuSEx	69	Sem guia/ofício de encaminhamento
30	Guia autorizada para outro beneficiário	70	Solicitação médica com data rasurada
31	Guia autorizada para outro procedimento	71	Solicitação com data posterior ao exame
32	Guia sem carimbo de autorização	72	Solicitação médica com data vencida
33	Guia/Ofício de encaminhamento carbonados ou fotocopiados	73	Solicitação médica sem data
34	Honorários médicos fora da tabela ou em excesso	74	Soma errada – cálculo
35	Justificar cobrança	75	Taxas fora da tabela acordada
36	Material ou medicamento adquirido por familiar a seu critério	76	Taxas indevidas ou em excesso
37	Material acima do preço de mercado	77	Visita hospitalar em duplicidade
38	Material de alto custo sem nota fiscal	78	Visitas inclusas no procedimento cirúrgico
39	Material em excesso	79	Visita de especialista sem autorização prévia
40	Material fixo	80	Outros

TERMO DE COMPROMISSO PARA ENTREGA DA GUIA DE ENCAMINHAMENTO



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO OESTE
COMANDO DA 9ª REGIÃO MILITAR
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE CAMPO GRANDE
(Hospital Militar de 2ª Classe/1890)

Nome do titular do FUSEx: _____
Nome do dependente (paciente): _____
PrecCp: _____
Especialidade atendida: _____
Data de atendimento: ____/____/____ Hora de emissão: ____/____/____
Telefone de contato do responsável: _____

Declaro que fui atendido(a), em caráter de URGÊNCIA e ou EMERGÊNCIA pela Clínica _____, e me comprometo a providenciar em até 48 (quarenta e oito) horas ou 2 (dois) dias úteis, a contar da data do atendimento, a Guia de Encaminhamento (Autorização).

Estou ciente que o não cumprimento deste termo acarretará o pagamento integral das despesas realizadas, conforme Capítulo III da Urgência e Emergência previstas nas Instruções Reguladoras para o Sistema de Assistência Médico-Hospitalar aos Militares do Exército, seus Dependentes e Pensionistas Militares (EB030-IR-20.038), 1ª Edição, 2024:

“Art. 18. O FUSEx não se responsabilizará ou ressarcirá as despesas, caso não comprovada a urgência e (ou) a emergência ou não tenham sido cumpridas as providências previstas nos arts. 17 e 18 da EB030-IR-20.038.”

Assinatura do beneficiário ou responsável

A ser preenchido pela Organização Civil de Saúde /OCS Horário limite para a troca do tempo para a Guia autorizada do FUSEx _____ Srs. Beneficiários, a troca somente será realizada dentro do prazo e horários estabelecidos acima. Assinatura da recepcionista responsável pelo atendimento (legível) OBS: O hospital ficará com o termo original e o responsável pelo paciente ficará com a cópia a ser trocada.
--

ANEXO E
MODELO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DO OESTE
COMANDO DA 9ª REGIÃO MILITAR
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE CAMPO GRANDE
(Hospital Militar de 2ª Classe/1890)

TERMO **DE** **RESPONSABILIDADE**

Eu, _____, CPF _____, responsável pela internação de _____, declaro que recebi as informações previstas na legislação vigente, acerca do funcionamento do Sistema de Assistência Médico-

Hospitalar aos Militares do Exército, seus Dependentes e Pensionistas Militares (SAMMED), para atendimento em situações de urgência ou emergência em Organização Civil de Saúde credenciada, contratada ou conveniada.

Também é de meu conhecimento que, em caso de possibilidade de remoção ou evacuação do(a) paciente sob minha responsabilidade para uma organização militar de saúde e que não haja concordância de minha parte, o beneficiário titular será o responsável por todas as despesas posteriores, isentando o SAMMED de quaisquer responsabilidades e despesas oriundas da continuidade do tratamento.

Local/data: _____, _____ de _____ de _____.

Nome
CPF

Observação 1: cópia do Termo de Responsabilidade, assinado, deverá ser “de imediato” fornecida ao responsável _____ pela OCS, _____ mediante _____ recibo.

Observação 2: em caso de recusa em assinar, o responsável pela internação e o responsável pela OCS

serão cientificados dos termos da legislação de regência, pelo oficial médico designado para verificação, sendo lavrada a respectiva certidão, confirmada por 2 (duas) testemunhas, se possível.

CERTIFICO que o responsável pela internação, o(a) senhor(a) _____, após ter sido informado dos termos acima descritos, recusou-se a assinar o presente Termo de Responsabilidade.

Nome do médico designado – Posto

Responsável pela OCS

Testemunha 1

Testemunha 2

(Portaria - DGP/C Ex nº 508, de 12 de novembro de 2024 - EB: 64485.026798/2022-11 38/38)



Documento assinado digitalmente

DIEGO DE ANGELIS RAMOS

Data: 18/03/2026 17:49:53-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>